

**HABEAS CORPUS Nº 545.541 - RS (2019/0340378-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE PRETTO - RS057069  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MATHEUS EDUARDO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MATHEUS EDUARDO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 1.0231.16.035936-1/001.

Consta dos autos que o Juízo da VEC converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade em razão de "*ser incompatível o cumprimento da prestação de serviços à comunidade do referido processo, devendo ser convertida em pena privativa de liberdade, já que não se poderá aguardar que o apenado seja colocado em liberdade para que se inicie o cumprimento de tal reprimenda*" (fls. 125/127).

A defesa interpôs agravo em execução perante a Corte de origem, a qual negou provimento à insurgência.

Nesta via, sustenta a impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, aduzindo que existe compatibilidade no cumprimento das sanções, devendo ser cumprida primeiramente a reprimenda mais grave, nos termos do art. 76 do Código Penal.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja afastada a conversão da pena restritiva em privativa ou para que seja determinado o cumprimento sucessivo das sanções.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Instado a opinar, o MPF manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio, uma vez que a discussão deveria ter sido trazida por meio de recurso ordinário constitucional.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

Destaca-se, inicialmente, que art. 181, § 1º, "e", da Lei de Execução Penal e o art. 44, § 5º, do CP, preceituam que, sobrevindo nova condenação ao apenado, impõe-se a unificação das penas, sendo certo que a manutenção da pena restritiva de direitos somente é possível quando evidenciada a compatibilidade de cumprimento simultâneo com a sanção

privativa de liberdade.

Como dito, eventual incompatibilidade do cumprimento simultâneo das sanções, exige a conversão da reprimenda restritiva de direitos em privativa de liberdade.

Para melhor elucidação da questão, registre-se que a Corte de origem, ao afastar o pleito defensivo consignou:

*"[...] é possível o cumprimento simultâneo das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos apenas quando o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade é o aberto, diferentemente do que ocorre quando o regime fixado é o semiaberto ou o fechado.*

*[...]*

*Assim, ressalvado meu entendimento, passo a adotar o posicionamento da maioria.*

*In casu estando o a penado atualmente cumprindo a pena privativa de liberdade no regime semiaberto, mantenho a decisão que converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, dada a impossibilidade de cumprimento das reprimendas simultaneamente ou de postergar o cumprimento da pena restritiva de direitos ao final.*

*Isso posto, nego provimento ao agravo."* (e-STJ fls. 201/203)

No caso dos autos, a superveniência de nova condenação do apenado, que resgatava sua reprimenda privativa de liberdade em regime semiaberto, cujo cumprimento não se compatibiliza com a pena restritiva de direitos, posterior, obrigou a conversão desta última, não havendo que se falar em constrangimento ilegal, já que a decisão guardou harmonia com o entendimento já remansoso neste Sodalício.

Confira-se:

*RESTRITIVA DE DIREITOS. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO OU SEMIABERTO. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. INCOMPATIBILIDADE. CONVERSÃO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. UNIFICAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, sobrevindo condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das penas, o que ocorre nos casos de condenações em regime fechado ou semiaberto, deve-se proceder à conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade, unificando-se as penas.*

*2. Agravo regimental improvido."*

(AgRg no REsp 1.724.650/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 17/12/2018)

No mesmo sentido:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INCOMPATIBILIDADE DE EXECUÇÃO SIMULTÂNEA. CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO EM SANÇÃO CORPORAL E UNIFICAÇÃO DAS REPRIMENDAS. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 181 E 111 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 76 DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que, no caso de nova condenação a penas restritivas de direito a quem esteja cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto, é inviável a suspensão do cumprimento daquelas - ou a execução simultânea das penas. Nesses casos, as penas restritivas de direito devem ser convertidas em sanção privativa de liberdade, unificando-se as reprimendas, nos termos dos arts. 181 e 111 da Lei de Execução Penal, respectivamente, não sendo aplicável o art. 76 do Código Penal. Precedentes. Habeas Corpus não conhecido.*

*(HC n. 400480/RS, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 21/9/2017 - grifo nosso).*

Desse modo, não evidenciada a suscitada coação ilegal, com amparo no art. 34, XX, do RISTJ, **não se conhece do writ**.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator